

# O CORTADOR DE CANA DA REGIÃO DE PIRACICABA: RELAÇÕES DE TRABALHO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO FINAL DOS ANOS 1980

Eliana Tadeu Terci – Núcleo de Pesquisa e documentação Regional-UNIMEP  
Maria Thereza Miguel Peres – Faculdade de Gestão e Negócios-UNIMEP  
Lilia Maria de Toledo Piza Martins– Faculdade de Gestão e Negócios-UNIMEP

**Resumo:** O objetivo do artigo é apresentar as condições de trabalho e sobrevivência dos trabalhadores agrícolas, cortadores de cana, da lavoura canavieira da região de Piracicaba-SP, no final da década de 1980, *vis à vis* o processo de expansão e modernização dessa agroindústria, privilegiando a participação dos migrantes “mineiros”. Num cenário de crise econômica e retomada das mobilizações por direitos sociais e políticos usurpados da sociedade durante a ditadura militar, os trabalhadores da lavoura canavieira da região de Piracicaba se sentiram encorajados a lutarem por melhores condições de trabalho em intensos movimentos grevistas, que buscamos analisar. As paralisações atingiram duas cidades da região de Piracicaba – Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste – e foram lideradas pelos migrantes, “mineiros” como eram denominados em virtude da maioria ser procedente do Vale do Jequitinhonha-MG. As análises foram possibilitadas a partir de dados construídos mediante pesquisa de campo, com a realização de entrevistas diretas junto aos trabalhadores agrícolas das usinas da região.

**Palavras chave:** cortadores de cana, agroindústria canavieira, mecanização

**Abstrat.** The aim of this paper is to present the working conditions of agricultural workers of the sugarcane crop in Piracicaba-SP, in the late 1980s, *via-à-vis* the expansion and modernization of sugar cane agribusiness, focusing on the participation of migrants "mineiros". In the 1980s, occurs the resumption of social and political movements for the social rights. This situation encouraged the workers to fight for their rights in intense strike movements, which we analyze. The analyses were made possible from the data built through field research, with direct interviews with the workers of agricultural plants in the region.

**Keywords:** cane cutters, sugar cane agribusiness, mechanization

## **Introdução**

De modo geral a expansão da agroindústria canavieira no Brasil, nos últimos anos, tem sido muito observada de maneira entusiástica em função do aumento da produção de etanol. Várias unidades produtivas de açúcar e álcool, estão se espalhando pelo país, definindo nova configuração territorial que, até o final da década de 1990, esteve concentrada no nordeste e no estado de São Paulo. Mesmo assim São Paulo se mantém na dianteira, investindo na racionalização das suas atividades produtivas, buscando cumprir a proibição da queimada da cana e ampliando o processo de colheita mecanizada. Essa modernização que impõe o emprego crescente de sofisticadas tecnologias, seja nas atividades de plantio e corte de cana, seja na automação do controle de processos industriais, não foi suficiente para eliminar de vez a grande massa de trabalhadores demanda para o corte de cana.

O estado de São Paulo, maior produtor de etanol, ainda tem sido alvo nos últimos anos, de inúmeras denúncias sobre a precariedade das condições de trabalho dos cortadores de cana, em vários níveis, como problemas com a remuneração salarial, irregularidades nos alojamentos desses trabalhadores, sobrecarga de trabalho, descumprimento dos contratos e acidentes de trabalho, entre outros, demonstrando a insegurança e risco presente nessa atividade. No ano de 2005, a Delegacia Regional do Trabalho registrou 416 mortes de trabalhadores das agroindústrias do Estado e a Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho, estima que 1.383 canavieiros tenham morrido entre 2002 e 2006. No que tange às penalidades previstas em lei, o Ministério Público vem responsabilizando toda a cadeia produtiva, na medida em que, as agroindústrias contratam esses trabalhadores através de intermediários ou “gatos”, que arregimentam trabalhadores migrantes para o corte da cana, sequer dando conhecimento sobre os verdadeiros empregadores.

Podemos constatar que a pressão da legislação ambiental e as denúncias de violação dos direitos trabalhistas vêm apressar o processo de mecanização do corte de cana. Na verdade, esse processo já vem se delineando desde a década de 1980. Naquele período ainda havia fortes dúvidas sobre a intensificação desse processo, em virtude dos baixos salários praticados, que tornavam o corte manual mais lucrativo para as usinas do que o investimento em maquinário.

Esse cenário de aperto salarial e controle dos trabalhadores começava a se alterar nos anos de 1980. A considerada “década perdida” para a economia, em virtude dos erráticos planos de estabilização da inflação e do descontrole sobre a dívida externa, despontava como a década de ouro para o movimento social. O movimento sindical se revigorava nas memoráveis assembleias e greves realizadas sob a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista; intelectuais, políticos e artistas, retornavam ao Brasil, pela declaração de anistia, após longos anos de exílio; a União Nacional dos Estudantes, recém-saída da clandestinidade realizava congressos notáveis, dois deles em Piracicaba (1980 e 1982); enfim, o país se redemocratizava e discutia seus problemas e dilemas seculares: êxodo rural, caos urbano, favelização, poluição ambiental e comprometimento dos recursos naturais, concentração fundiária e de renda. A sociedade encarava naquele momento os resultados mais comprometedores do modelo de desenvolvimento experimentado pelo país. Em Piracicaba, voltava-se a atenção para o problema social representado pela presença maciça de trabalhadores temporários, grande parte migrantes, que chegavam atraídos pela oferta de empregos na agroindústria canavieira e, cujas precárias condições de trabalho e vida, conduzia à formação das favelas na periferia da cidade.

Essas referências nos levam a indagar sobre quais aspectos polarizavam o debate sobre as condições de trabalho no corte de cana naquele momento? Quem eram os trabalhadores envolvidos nessa atividade? Como e quais as razões para a participação dos migrantes nesta categoria de trabalhadores? Como as agroindústrias se comportaram naquele contexto? Este artigo pretende contribuir para esclarecer essas questões a partir de estudos realizados na década de 1980<sup>1</sup>, buscando demonstrar que o debate envolvendo a mecanização do corte de cana, assim como a presença do trabalhador migrante, vem acompanhando o próprio processo de expansão do capital, tanto nas regiões tradicionalmente produtoras, como nas novas regiões em expansão.

Os estudos mencionados tiveram como universo a região de Piracicaba, cenário tradicional da modernização agroindustrial, e como recurso metodológico a realização de pesquisa de campo, envolvendo entrevistas com usinas, fornecedores de cana, empreiteiros de mão de obra e cortadores de cana que, na década de 1980, estavam envolvidos no corte da

---

<sup>1</sup> Utilizaremos o relatório de pesquisa realizada em 1989 com apoio do Fundo de Apoio A Pesquisa da Unimep e publicado em 1991, sob a responsabilidade das autoras, cf. PERES; TERCI: MARTINS, 1991.

cana, atendendo a demanda de matéria prima de aproximadamente 10 usinas da região. Aproveitando tal experiência, o presente artigo retrata a região a partir dos atributos estruturais da modernização imposta pela agroindústria canavieira e, a seguir, apresenta as análises que foram possíveis construir a partir dos dados coletados na pesquisa de campo realizada em 1989, na região de Piracicaba, com entrevistas diretas, junto aos trabalhadores agrícolas. A amostra total constou de 55 entrevistas com cortadores de cana (permanentes residentes nas propriedades das usinas, permanentes não residentes, temporários e safristas). A amostra não teve caráter censitário, nem propósito estatístico, mas sim conhecer a realidade desses trabalhadores, suas reais condições de vida e trabalho, dar visibilidade a uma realidade social que permitia as mais variadas interpretações e especulações por permanecer obscura.

### **A Microrregião Canavieira de Piracicaba**

Piracicaba situa-se a uma distância de 160 km da capital do estado de São Paulo, com área de 1.312 km<sup>2</sup>. É o 19º município em extensão territorial do Estado. A sua área urbana tem aproximadamente 158 km<sup>2</sup> e sua área rural, 1.154 km<sup>2</sup>, constituída de 62 bairros. Segundo dados do IBGE-2000 a cidade contava uma população de 329.158 habitantes, com 4% na área rural e 96% na área urbana, revelando um elevado índice de urbanização. Atualmente estima-se que esse número de habitantes esteja por volta de 368.843. Piracicaba também se encontra numa área que abriga a microrregião açucareira formada por mais 9 municípios: Capivari, Charqueada, Mombuca, Rafard, Rio da Pedras, Águas de São Pedro, Santa Maria da Serra, Tietê e São Pedro. Considerada cidade polo regional, localiza-se próxima da região Metropolitana de Campinas, esta com uma população de quase três milhões de habitantes. Outro recorte geográfico importante para localizar Piracicaba é a Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba-Capivari-Jundiá que agrega mais 50 municípios e abrange uma área de 12.400 km<sup>2</sup>. Com exceção de Campinas, Piracicaba é a cidade mais populosa da bacia, representando 8% da população do Estado. (GIANNOTTI; SPAVOREK, 2006).

Segundo o estudo de Giannotti e Spavorek (2006) a área rural de Piracicaba é de aproximadamente 138.500 há, com 2.400 imóveis rurais. Esses imóveis acham-se ocupados predominantemente entre cana-de-açúcar (46%) e pastagens (25%). A área de cana produzida nas terras mais apropriadas para o cultivo e mais próximas das usinas, compõe o que os autores denominam de áreas tradicionais que resistem a mudanças há décadas e situam-se ao lado das terras arenosas ocupadas por pastagens. Para quebrar essa aparente estabilidade só

uma significativa expansão ou retração da área cultivada (GIANNOTTI; SPAVOREK, 2006).

A presença da cana de açúcar em Piracicaba remonta ao Ciclo Açucareiro Paulista do século XVI (1750-1850), precisamente no denominado quadrilátero do açúcar, considerado como um dos grandes centros produtores de açúcar e aguardente do Estado, constituído por Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. O esgotamento de áreas disponíveis para o cultivo da cana-de-açúcar em Itu estimulou a expansão desse cultivo em direção a Piracicaba que, no ano de 1816, já contava com 18 engenhos e mais 12 em construção (PETRONE, 1968).

Vale ressaltar que, diferentemente de outras regiões paulistas, a região de Piracicaba manteve nas suas fazendas o cultivo simultâneo de café e cana-de-açúcar, mesmo no período da expansão cafeeira, convivendo essas duas culturas até a crise cafeeira de 1929, quando a produção de cana começa a ultrapassar a de café. Mesmo assim, a policultura ainda se mantinha com uma oferta diversificada de produtos agrícolas que não resistiram ao posterior avanço da cana nas áreas de outras culturas. Acompanhando esse processo, a concentração da produção açucareira, sob os auspícios das usinas, substituíram os engenhos contando com o apoio das políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933.

Além desses aspectos, cabe registrar que essa expansão açucareira estimulou também a expansão industrial, principalmente das empresas voltadas para o atendimento da demanda tecnológica dessas unidades agroindustriais e dos fornecedores de cana, que vão se institucionalizando como figuras importantes na cadeia produtiva do setor. “Desenvolvem-se assim os setores de caldeiraria, fundição e usinagem de peças industriais, de produção de equipamentos hidráulicos e peças, acessórios e máquinas para diversos fins industriais.” (SAMPAIO, 1976, p. 95) Projetando esse potencial metal-mecânico, Piracicaba torna-se um centro propagador de investimentos, colaborando no crescimento de cidades próximas, marcadas pela expansão canavieira e açucareira.

Acompanhando o crescimento do número de usinas na região (entre 1930 e 1954 foram instaladas 21 usinas na microrregião de Piracicaba), também crescia a área dedicada ao cultivo da cana, que salta de 36.649 há em 1950 para 62.644 há em 1960. O mesmo ocorre no município de Piracicaba, cuja área salta de 17.471 há em 1950 para 24.279 há em 1960. (censos agropecuários). Essa expansão de área dedicada ao cultivo de cana a partir dos anos

de 1930, expressa o movimento de compra de terras pelas usinas da região. Nesse período, com a intervenção do IAA, reduziram-se muito os riscos das atividades agroindustriais canavieiras. Estava colocada a possibilidade dos usineiros obterem vantagens com a atividade da lavoura, os tornando potenciais compradores de terras. Essa inserção dos usineiros como lavradores de cana própria, intensificou-se na década de 1960, mesmo num contexto difícil da economia brasileira em que se verificava retração da demanda de açúcar no mercado interno. Nesse período, a parte frágil da cadeia produtiva, uma parcela de pequenos fornecedores de cana, encontrou como saída para suas dificuldades, a venda de suas terras para as usinas. Constatamos, portanto que, além de proprietários das unidades industriais, os usineiros tornaram-se grandes proprietários de terras (RAMOS, 1983).

As tensões sociais resultantes desse processo de concentração fundiária já se evidenciavam pela exclusão de uma parcela de pequenos fornecedores de cana. A redução do número de pequenas propriedades comprometia também o perfil policultor da região com a predominância da monocultura canavieira. Acompanhando essas tensões, vale registrar que as relações de trabalho na lavoura também vinham se modificando com a substituição do colono pelo trabalhador assalariado. A proletarianização do meio rural resultante, tanto da eliminação dos pequenos proprietários, quanto do colonato, gerou um crescimento na oferta de trabalhadores, principalmente para as atividades agrícolas. Dentre outros, esse fato possibilitou às usinas oferecerem salários mais baixos estimulando assim a busca por melhores salários nas atividades urbanas.

Na década de 1970 mais uma vez as agroindústrias são beneficiadas pelas políticas públicas, agora com o Proálcool criado no ano de 1975. O estímulo à produção de álcool como substituto da gasolina vai trazer para Piracicaba e região um novo surto de expansão da área dedicada ao cultivo de cana, acentuando o fenômeno da monocultura canavieira. Entre 1975 a 1985, a área desta cultura passou de 31, 2 mil há para 47.693 há. A produção canavieira, que tinha alcançado 1,4 milhões de toneladas, em 1985 foi de 3,7 milhões. (IBGE). Se por um lado tal fenômeno agravou a sazonalidade do trabalho ancorado no Proálcool, por outro, garantiu os empregos de quem já estava nas usinas e nas fazendas, o que permitiu certa estabilidade nas atividades, tanto industriais como agrícolas, mesmo diante da queda nos preços do açúcar no mercado mundial (MALUF, 1984).

Conclui-se que o Proálcool, de modo geral, atendeu aos interesses da produção de açúcar e álcool na região, visto que nos anos iniciais do Programa eram poucos os

questionamentos sobre a oferta de mão de obra, apesar dos estudos confirmarem que algumas usinas já estavam providenciando a compra de máquinas para o corte de cana. A ausência de máquinas em operação se devia ainda ao reconhecimento do excesso de mão de obra disponível (MALUF, 1984). A partir de 1983, aproximadamente, a economia da região sentiu os efeitos da retração econômica nacional com a redução dos financiamentos destinados pelo Proálcool. Porém, antes que essas dificuldades se fizessem sentir, as usinas e indústrias de bens de capital haviam aumentado a capacidade produtiva de suas unidades, como se pode constatar pelos dados sobre as encomendas e vendas realizadas de destilarias anexas para atender a demanda da microrregião de Piracicaba e de outras regiões do país como mostra a tabela a seguir:

**Quadro 1 – Máquinas Vendidas pela ENGEAGRO as Usinas e/ou Destilarias de Álcool do Estado de São Paulo, nos anos de 1979 e 1989.**

Ano	Tipo de Máquina Vendida					Total
	Colhedeira Cana Picada 6.000	Colhedeira 1 Linha 7.000	Colhedeira 2 Linhas 14.000	Total de Colhedei-ras Vendidas	Carregadeira	
1979	4	-	-	4	-	4
1980	20	-	-	20	-	20
1981	20	-	-	20	-	20
1982	8	-	--	8	-	8
1983	5	5	-	10	-	10
1984	7	7	-	14	7	21
1985	16	10	-	26	3	29
1986	29	22	-	51	8	59
1987	30	57	-	87	2	89
1988	3	13	-	16	11	27
1989	-	-	-	-	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>256</b>	<b>33</b>	<b>289</b>

**FONTE:** Pesquisa de Campo. 1988/1990. In PERES, 1991: 62-63

Aproximando-nos dos nossos objetivos, cumpre analisar nesse contexto de expansão e modernização da produção de açúcar e álcool, a inserção da categoria dos cortadores de cana na cidade de Piracicaba e microrregião, destacando a participação dos volantes nos anos de 1980 e as necessidades sazonais de mão de obra.

**Problema nos anos 80: escassez de mão de obra e mobilização dos cortadores de cana**

Ao investigarmos as principais transformações ocorridas na agroindústria canavieira da região de Piracicaba nos anos 80, observamos seu impacto sobre as relações de trabalho na lavoura canavieira. O interesse em retomar essa temática se deve a persistência dos estudos recentes que apontam, não só a grande expansão do cultivo da cana de açúcar, como também a intensificação da exploração histórica dos chamados boias-frias. Num cenário que evidencia a participação temporária desses trabalhadores, com a presença significativa de migrantes nas áreas rurais das cidades paulistas, destaca-se Piracicaba que, enquanto sede da mais antiga região canavieira do Estado, pode lhe ser atribuído o pioneirismo na prática de arregimentação de trabalhadores de outras regiões do país.

Antes de entrarmos no cenário específico dos anos 1980, é preciso remeter ao processo histórico que deu origem a categoria dos trabalhadores volantes. Vale registrar que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a conseqüente intensificação do processo de proletarização do trabalhador rural, que passou pela destruição do colonato e da pequena propriedade, deu origem a uma nova relação de trabalho. Trata-se do trabalhador “volante”, um trabalhador assalariado à semelhança do operário urbano. No caso específico da região ora tratada, este processo esteve ligado fundamentalmente ao processo de urbanização que ocorreu em Piracicaba. Dessa forma, o mercado de trabalho agrícola passou a se organizar nas cidades, expressando a unificação do mercado de trabalho urbano e rural no que diz respeito à mão de obra não qualificada (MALUF, 1984).

No contexto da urbanização acelerada, os trabalhadores rurais passam a ter o seu custo de reprodução determinado pelas cidades, tendendo a acompanhar o dos trabalhadores urbanos. Por outro lado, “exército de reserva” passa a ser um só para toda a economia com o trabalhador não qualificado alternando empregos urbanos e rurais. Assim, encontramos nesse período em Piracicaba tanto trabalhadores volantes realizando os tradicionais “bicos” na cidade (jardineiros, vendedores ambulantes etc.), como trabalhadores desempregados pela indústria trabalhando como boias-frias (MALUF, 1984, p.76). De certa forma, podemos compreender as queixas gerais dos usineiros da região sobre a escassez de mão de obra para o corte de cana: quando as atividades urbanas elevavam suas taxas de emprego ou de ocupação, as atividades agrícolas não dispunham de trabalhadores suficientes.

Por outro lado, há especificidades inerentes à própria agroindústria canavieira que acentuam a sazonalidade do trabalho, tornando esse tipo de atividade menos atraente para o trabalhador, a saber, a modernização parcial da agricultura ao introduzir tecnologia moderna



destruiu antigas atividades que mantinham o trabalhador ocupado o ano todo. Ademais, vale acrescentar que a sazonalidade se acentua ainda mais com a expansão da cana sobre as demais culturas, acentuando o perfil monocultor de determinadas regiões do estado de São Paulo, bem como a crescente participação do trabalho temporário para o corte da cana. Na medida em que as regiões cultivam predominantemente a cana-de-açúcar, diminuem as oportunidades desses trabalhadores alternarem empregos nas outras culturas, ficando na dependência da oferta de emprego de praticamente um único produto, no caso a cana.

A instabilidade representada na liberação dos trabalhadores em certas épocas do ano e a precariedade das condições de trabalho ofertadas, geravam grande insegurança para as famílias que passaram a priorizar outros empregos da cidade. Assim, diante das dificuldades em contar com oferta suficiente de mão de obra local, os empregadores passaram a suprir sua demanda com trabalhadores migrantes provenientes de outras regiões.

Durante a realização da pesquisa entre 1989 e 1990 foi possível conhecer o processo histórico de expansão da participação dos migrantes no corte de cana, bem como as condições de trabalho enfrentadas por essa categoria, constatando o quanto essas condições estavam “invisíveis” aos olhos da opinião pública, visto que esses trabalhadores estavam impositivamente silenciados, em virtude de ficarem confinados em alojamentos afastados da zona urbana. Apesar de vários estudos terem denunciado a situação de precariedade na contratação desses trabalhadores, assim dos alojamentos na região, as associações de classe, representativas da agroindústria canavieira (sindicato e associações patronais) e a imprensa local não se manifestavam sobre essas questões.

Os movimentos grevistas na região de Ribeirão Preto e Guariba ocorridos no período, entretanto, denunciavam a situação enfrentada por esses migrantes nos canaviais paulistas, bem como a atuação mais ativa daqueles trabalhadores na definição de suas condições de trabalho e salário. Esse exercício de cidadania trouxe conquistas importantes para as condições do emprego rural, cuja expressão maior foi, sem dúvida, a extensão da legislação trabalhista para o campo a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

O impacto destas conquistas dos cortadores de cana pode ser percebido nos anos seguintes e na região de Piracicaba através das queixas das associações patronais, que traçavam um futuro nebuloso para a agroindústria canavieira. Alegavam que tiveram que recorrer aos migrantes para cobrir a escassez de mão de obra local que vinha se arrastando há

algumas décadas, desafiando-os – usineiros e fornecedores de cana – a enfrentarem o problema a cada safra, agravado agora com as exigências dessa legislação, que tornava mais elevado o custo do corte de cana.

Assim, estas duas questões – a eminência da escassez de mão de obra para o corte da cana e a organização dos trabalhadores rurais – trouxeram a tona uma problemática que permanecera submersa em anos anteriores, qual seja, a necessidade de incrementar a mecanização das atividades da lavoura canavieira, estendendo-a à fase da colheita. Acrescente-se que já se antevia a extinção do trabalho temporário como principal consequência desse processo de intensificação da mecanização da lavoura. Nessas circunstâncias, estava colocada a necessidade de conhecer e buscar traçar algumas características socioeconômicas desses trabalhadores temporários da região de Piracicaba, vis-à-vis as características mais gerais do trabalhador rural do município e da região, para que pudessemos compreender as dificuldades que estavam postas para esses contingentes populacionais em relação às demais ofertas de emprego. Antes iremos traçar um quadro da produção canavieira na região no período.

Os dados para a década de 1980 revelavam, a grande expansão da área cultivada de cana de açúcar na região de Piracicaba, assim como para o estado de São Paulo que ultrapassava os 2.400.000 hectares e alcançava aproximadamente 140 milhões de toneladas. Somente em 1988 a produção diminuiu o ritmo de crescimento em função da situação crítica da economia do país, mas mesmo assim se aproximou dos 260 milhões de toneladas. Essa expansão provocou transformações profundas nos espaços, tanto rurais como urbanos das cidades decorrentes da concentração fundiária, e das relações de trabalho. (ANDRADE, 1994)

Quanto à área cultivada, os dados apresentados a seguir revelam que entre 1970 a 1986 nem todos os municípios da microrregião açucareira de Piracicaba tiveram o mesmo desempenho. Apesar da posição preponderante de Piracicaba em todo o período, o crescimento da área cultivada foi de pouco mais de 20% no município, enquanto os municípios vizinhos como Capivari, Rafard, Rio das Pedras e Santa Bárbara D'Oeste tiveram um crescimento maior. Esses dados revelam que desde a década de 1980 Piracicaba já dava sinais dos limites de crescimento dessa cultura através da expansão da área cultivada.

**Tabela 1 - Evolução da área de cana na microrregião de Piracicaba (ha)**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1986</b>	<b>VARIAÇÃO 1970/1986</b>
Capivari	11.300	13.766	12.781	16.000	41,6
Charqueada	8.084	5.168	6.650	7.700	(4,8)
Iracemápolis	7.409	8.410	9.788	8.000	8,0
Mombuca	5.985	5.741	6.885	6.000	2,5
Piracicaba	39.579	31.200	36.452	48.000	21,3
Rafarol	4.730	5.670	9.122	6.500	37,4
Rio das Pedras	10.714	11.805	11.564	13.500	26,0
Santa Bárbara	9.693	15.295	13.876	12.140	25,2
Santa Gertrudes	5.045	5.263	5.346	5.700	13,0
<b>TOTAL</b>	<b>102.539</b>	<b>102.319</b>	<b>112.464</b>	<b>123.540</b>	<b>20,5</b>

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1986 – Pesquisa Municipal, In PERES, 1991, p. 69.

Um aspecto importante acerca dessa expansão canavieira, principalmente na microrregião de Piracicaba, é relativo ao crescimento da produtividade que passa a ser condição fundamental para a manutenção desse perfil monocultor. O estado de São Paulo e o estado do Paraná apresentaram significativos ganhos de produtividade que ultrapassaram 75 t/há, enquanto a média nacional alcançou, aproximadamente 63 t/ha. no final da década de 1980. A produtividade agrícola foi inferior a 40 t/ha nos estados que têm pouca expressão na produção de açúcar e álcool sendo a cana beneficiada por engenhos pequenos e alambiques (ANDRADE, 1994). Certamente esse resultado expressa, não somente a relativa superioridade tecnológica da cultura canavieira desta microrregião, como também a intensidade do trabalho no momento da colheita da cana. Esse último aspecto se confirma diante da crescente contratação de migrantes por parte das usinas, com a alegação de que os trabalhadores locais eram muito problemáticos (preguiçosos e arredios).

Diante do exposto é possível entender a escassez relativa de mão de obra da região para trabalhar no corte de cana das lavouras. Cada vez mais os migrantes de outras regiões do Brasil são contratados para preencher o quadro de trabalhadores das usinas e dos grandes fornecedores de cana. Por outro lado, são esses migrantes que nos anos finais de 1980 vão liderar um movimento grevista, chamando atenção de toda a cidade para os problemas que vinham enfrentando.

## **Os trabalhadores temporários e permanentes**

Na década de 1980, embora já seja possível detectar uma grande demanda de trabalhadores de outros estados e da própria região no período da colheita de cana, essa lavoura ainda mantinha um contingente de trabalhadores para as atividades de plantio e tratamentos culturais no período da entressafra. Isto significa que ainda era possível encontrar trabalho o ano todo na lavoura canavieira, partindo do pressuposto de que, no caso dos fornecedores de cana, alguns ainda conservavam outras culturas nas suas terras, assim como a criação de gado. No caso das usinas, esses trabalhadores eram considerados residentes e eram deslocados de suas atividades durante o período de corte da cana, quando se fazia necessário.

Do ponto de vista dos contratos que eram estabelecidos, foi possível distinguir quatro situações distintas: i) os residentes, ii) os não residentes contratados por tempo indeterminado, iii) os não residentes contratados por tempo determinado e iv) os migrantes. Os trabalhadores residentes moravam nas fazendas das usinas ou dos fornecedores de cana, em “colônias” organizadas pelos empregadores, que mantinham um controle rigoroso sobre as mesmas. Embora as colônias abrigassem as famílias dos trabalhadores, os contratos eram individuais, por tempo indeterminado, realizados com todas as pessoas em idades para trabalhar, confirmando sua situação como trabalhadores permanentes. Porém, na safra, quando a demanda aumentava e os pagamentos eram feitos parametrando-se na produção, os demais membros da família, muitas vezes menores de 14 anos, auxiliavam no trabalho, sem incorrer em maiores encargos aos empregadores.

Além dos trabalhadores residentes, havia ainda um contingente muito expressivo, que habitava as cidades, cujas formas de contratação eram as mais diversas. Pela tabela a seguir, se considerarmos a questão formal, os únicos trabalhadores que foram de fato considerados permanentes foram aqueles assegurados pelo contrato por tempo indeterminado com registro em carteira de trabalho, que na pesquisa realizada perfizeram 49% da amostra, pois nas outras situações, embora outros 37% também afirmarem trabalhar na lavoura canavieira na entressafra, sua situação, do ponto de vista formal não é regularizada.

**Tabela 2 – Trabalhadores empregues na Lavoura Canavieira, segundo Tipo de Contrato**

<b>Tipo de Contrato</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Trabalham Safra e Entressafra</b>	<b>Não Trabalham Entressafra</b>
AT/TD com Registro	22,6	20,7	1,9
AT/TD sem Registro	18,9	9,5	9,5
AP/TI com Registro	49,0	49,0	-
AP/TI sem Registro	9,5	7,5	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>86,7</b>	<b>13,3</b>

Fonte: Pesquisa de Campo. 1988/1990. In PERES, 1991, p. 79.

É preciso considerar que a irregularidade na contratação da mão de obra foi significativa, representando 30% da categoria. Para aqueles contratados por tempo determinado e sem registro, a permanência na lavoura canavieira na entressafra estava condicionada por dois fatores: a oferta de emprego e o desempenho individual na respectiva atividade. Em outras palavras, na entressafra, quando a demanda de mão de obra diminuía, ficavam somente os que eram considerados como “os melhores cortadores”, selecionados durante o corte de cana, podendo vir a se tornar permanentes. Contudo, a manutenção dessa condição era avaliada a cada safra e, portanto, o desempenho era comprovado ou não podendo o trabalhador ser dispensado da atividade.

Além destes trabalhadores, foi possível registrar a presença de um outro contingente que, diferentemente dos demais, eram contratados como trabalhadores temporários e se reconheciam como tais: eram os migrantes recrutados em outros estados, principalmente da Bahia, Minas Gerais e Paraná, para trabalharem como safristas. Conforme relatos, no início de cada safra as usinas enviavam empreiteiros encarregando-os de arregimentar e transportar trabalhadores destes estados, lhes fornecendo alojamento, alimentação e a promessa de um rendimento suficiente para a organização de uma poupança que garantisse a sobrevivência nos meses da entressafra. Terminada a safra, a usina se encarregava do transporte dos trabalhadores de volta ao estado de origem.

Este expediente garantia de forma satisfatória a demanda de mão de obra das usinas durante a safra e a manutenção dos níveis salariais mais baixos, principalmente pela possibilidade de contratar à revelia da legislação trabalhista. Por outro lado, oferecia uma condição de trabalho que aliviava a situação de pobreza desses migrantes a quem, naquele momento, interessava manter o emprego apenas durante a safra. Porém, vendo suas

expectativas de rendimentos frustradas em função das precárias condições de trabalho que lhes eram oferecidas, esses trabalhadores migrantes safristas, como eram conhecidos, passaram a se mobilizar desfazendo as expectativas dos usineiros, que se viram obrigados a cumprir o que exigia a legislação trabalhista. Na região de Piracicaba como veremos à frente, os migrantes foram vanguarda das mobilizações e greves desencadeadas.

A irregularidade na contratação dessa mão de obra já vinha se agudizando, principalmente com a expansão da produção provocada pelo advento do Proálcool,

A maneira de produzir dessas usinas combinou o emprego de tecnologias modernas com a mão de obra de milhares de boias-frias, provenientes do Vale do Jequitinhonha (MG) e do interior de vários estados do Nordeste, além dos expulsos das fazendas paulistas. Até hoje, todos os anos, assiste-se a partir do mês de maio à chegada de migrantes que vêm trabalhar nos canaviais e em outras culturas, como café e laranja, desse estado (MORAES, 2004, p. 34).

Diante desse quadro de denúncia e mobilização foi possível levantar dados que confirmam que a mecanização da colheita já estava em curso, dando origem a um intenso debate sobre a permanência ou não dessas relações informais de trabalho na lavoura canavieira.

### **A mecanização como uma alternativa**

A questão da mecanização do corte de cana na microrregião nos anos de 1980 surgia a partir do reconhecimento das desvantagens da contratação do trabalhador volante. Segundo a legislação (lei nº 6019 - 1978) o que caracterizava esse trabalhador era o fato de não ultrapassar noventa dias no trabalho e não ter direito aos benefícios da legislação trabalhista.

A permanência temporária desses trabalhadores passava pela intermediação do turmeiro, popularmente conhecido como “gato”. No período do corte de cana, saía em busca dos volantes, fazendo verdadeiros leilões de mão de obra nos bairros periféricos das cidades da região. Dois aspectos podem ser evidenciados, no período, considerando essa prática de arregimentação do trabalho: ainda era possível encontrar uma parcela de volantes residentes na própria região e o desinteresse dos usineiros em ocupar da contratação direta dos trabalhadores. Eram comuns os conflitos decorrentes das vantagens que os “gatos” buscavam extrair dessa sua situação: pressionavam os usineiros para aumentar as remunerações, aproveitando da sua situação de exclusividade na organização de turmas de volantes, ao

mesmo tempo em que, muitas vezes, não repassavam os salários previamente acertados com os trabalhadores. Diante das denúncias e ações trabalhistas que ocorriam as usinas eram acionadas enquanto empregadoras reais destes volantes.

Diante do desconforto dessa situação, os usineiros foram obrigados a encarar os problemas, que eram provocados, na realidade, por fatores de ordem estrutural e deveriam ser enfrentados. Dentre eles destacava-se como principal efeito negativo da sazonalidade, principalmente, “deseconomia de escala” que a mecanização poderia acarretar. Dos estudos técnicos realizados no período esclareciam que, a concentração do corte de cana em apenas três meses demandava “uma frota enorme de caminhões para transporte de cana e de mão de obra e uma capacidade maior de moagem, que se convertia na necessidade de mais equipamentos, para ficarem ociosos por dois terços do ano”. (CAMPOS, 1988) Outro fator de ordem estrutural ainda dizia respeito à problemática da escassez de mão de obra nos momentos de aquecimento da economia local ou regional. Esses fatores apontavam para uma única saída, qual seria a mecanização do corte de cana e a consequente eliminação do trabalho temporário, prevendo-se o desemprego de pelo menos 50% dos cortadores de cana considerando o impacto apenas na região de Piracicaba. Isto sem contar o outro contingente de migrantes que vinha de outros estados e/ou regiões do Brasil e que não representava um problema local, na medida em que, a grande parte não permanecia na cidade após a safra, voltando para seus locais de origem.

A tendência à mecanização pode ser confirmada nesse período ao observarmos a aquisição de colheitadeiras feitas pelas usinas. Dentre as quatro empresas produtoras dessas máquinas no Brasil, duas delas, estavam localizadas em Piracicaba: a Motocana, fabricante de colheitadeiras de duas linhas e as tradicionais carregadeiras de cana, e a Engeagro, fabricante de colheitadeiras de cana de uma e duas linhas, rastelo rotativo e colheitadeira de cana picada. Havia ainda a Santal, localizada na região de Ribeirão Preto e a Arquioli, que estava com a produção parada em função da concorrência com as demais. Destas empresas a Engeagro, que tinha uma composição acionária formada basicamente por usineiros, absorvia, aproximadamente, 90% do mercado, o que é revelador do grau de controle dessa categoria sobre o processo de modernização da produção de açúcar de álcool. Os dados a seguir comprovam o crescimento das vendas dessas máquinas principalmente na década de 1980:

**Quadro 2 – Máquinas Vendidas pela ENGEAGRO as Usinas e/ou Destilarias de Álcool do Estado de São Paulo, nos anos de 1979 e 1989.**

Ano	Tipo de Máquina Vendida					Total
	Colhedeira Cana Picada 6.000	Colhedeira 1 Linha 7.000	Colhedeira 2 Linhas 14.000	Total de Colhedei-ras Vendidas	Carregadeira	
1979	4	-	-	4	-	4
1980	20	-	-	20	-	20
1981	20	-	-	20	-	20
1982	8	-	--	8	-	8
1983	5	5	-	10	-	10
1984	7	7	-	14	7	21
1985	16	10	-	26	3	29
1986	29	22	-	51	8	59
1987	30	57	-	87	2	89
1988	3	13	-	16	11	27
1989	-	-	-	-	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>256</b>	<b>33</b>	<b>289</b>

FONTE: Pesquisa de Campo. 1988/1990. In PERES, 1991, p. 90.

Considerando-se as microrregiões homogêneas do estado de São Paulo, definidas pelo IBGE, pode-se perceber que é na região de Ribeirão Preto que se concentrou a maior parte das vendas de colheitadeiras da Engeagro, tendo adquirido na década de 1980 o total de 83 máquinas, seguida da microrregião de Jaú com o total de 38. A região de Piracicaba juntamente com a média Araraquarense ocupou o 3º lugar das vendas da empresa com a aquisição de 25 colheitadeiras cada uma. Os dados apresentados revelam que as vendas dessas máquinas foram acentuadas nos anos de 1986/1987, coincidindo com o período de mobilização intensa dos trabalhadores, quando são vendidas 54% do total de colheitadeiras da empresa durante toda a década de 1980. Esta característica é particularmente marcante na região de Piracicaba com 76% de aquisições feitas nestes dois anos.

Ao tratarmos da mecanização, vale registrar que há estudos que constata-m a precocidade na presença dessas máquinas, identificada ainda na década de 1950 nas duas usinas mais importantes do município de Piracicaba naquele período: a Usina Monte Alegre e a Sociéte de Sucreries Brésiliennes. Essas usinas importaram os equipamentos e realizaram



experiências que revelaram dificuldades técnicas, principalmente relativas à incompatibilidade de utilização dessas máquinas em terrenos acidentados. Mesmo assim, foi possível construir a primeira colhedeira automotriz do Brasil patenteada pela Sucreries, posta em operação na safra 1956/57, e ainda uma outra máquina produzida pela empresa Motocana com algumas características técnicas diferenciadas. Essas inovações apresentavam outros problemas naquele período, principalmente com a reposição de peças, assistência técnica para manutenção, sem contar a ampla disponibilidade de mão de obra barata a lhes fazer concorrência. Tais aspectos impediram o desenvolvimento tecnológico e a difusão mais ampla desse equipamento. É a partir dos anos de 1970 que a preocupação com a mecanização é retomada com a introdução da colhedora tipo “chopper” produzida pela Santal/SA, de Ribeirão Preto, e de outra produzida pela Dedini, em Piracicaba, em associação com a empresa australiana Toft Bros Co. (VEIGA FILHO, 1998).

A nosso ver esse processo de mecanização do corte de cana na região, de certa forma, não pode ser analisado sem que se leve em conta a questão da estabilização das condições gerais da oferta de mão de obra para essa atividade. As usinas de açúcar, na década de 1980, buscaram conciliar o emprego de trabalhadores vindos de fora da cidade com uma parcela deles residentes, não só na cidade como nas propriedades da própria usina. Com essa medida as usinas asseguravam o abastecimento de braços e enfrentavam a concorrência de outras oportunidades de emprego para esses trabalhadores envolvidos na colheita de cana. Além disso, também contava com máquinas que estavam sendo testadas na atividade, conforme a topografia da área que deveria a ser colhida, já que tais máquinas não eram convenientes em terrenos acidentados. Estava ainda em curso, um debate sobre a pertinência da máquina numa conjuntura em que ainda se mostrava vantajoso o emprego humano no corte de cana, na medida em que se dizia que esse arranjo satisfazia tanto os trabalhadores, quanto os empregadores. Isto instigou a pesquisa desvendar alguns aspectos das condições de trabalho desses cortadores de cana que apresentamos a seguir.

### **Aspectos do perfil dos cortadores de cana da região de Piracicaba: remuneração e origem**

Um estudo feito pela COPERSUCAR em 1988, baseado nos dados das convenções coletivas de trabalho daquele ano apontava que o nível de renda dos trabalhadores da agroindústria canavieira do estado de São Paulo estava acima da renda de 50% das famílias brasileiras, considerando os dados sobre a distribuição de renda familiar, publicados pelo

IBGE em 1985. Segundo esse estudo os cortadores de cana permanentes e volantes tiveram, em 1988, um piso salarial da ordem de 4 a 5 salários mínimos daquele ano.

A pesquisa a que nos estamos nos baseando, realizada a partir de entrevistas diretas com cortadores de cana, revelou um quadro bastante distinto do apresentado no estudo da COPERSUCAR. Pela tabela a seguir sobre o rendimento dos chefes das famílias, segundo classe de salário mínimo e número de membros, constatou-se que 88,6% da amostra recebeu uma renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos. A mesma situação havia sido detectada em outra pesquisa realizada em 1985<sup>2</sup>, na qual 100% da amostra encontrava-se nesta faixa de renda. Conforme pesquisa realizada em 1984 no município de Jaboticabal por uma equipe de pesquisadores da UNESP, junto aos cortadores de cana, também foi possível constatar que esta categoria encontrava-se na faixa de renda entre 1 a 3 salários mínimos (ZOCOLLER; BACCARIM, 1985)

**Tabela 3 – Rendimento dos cortadores de cana permanentes e volantes, por classe de salários mínimos e número de membros da família, município de Piracicaba: 1989.**

Rendimento em salários mínimos	Número de membros da família			
	Total	Até 4	5	6
Até 3	88,6	57,1	8,6	22,9
3 a 5	11,3	8,6	2,8	-
5 a 10	-	-	-	-
10 ou mais	-	-	-	-
Total	100,0	65,7	11,4	22,9

Fonte: Pesquisa de campo 1988/1990. In PERES, 1991, p. 109.

A situação, porém não se alterou significativamente ao considerarmos, para o caso específico da região de Piracicaba, o rendimento familiar, incluindo os demais membros que trabalham. Os dados a seguir mostraram que a maioria das famílias, aproximadamente 80%, apresentaram um rendimento familiar na faixa dos 5 salários mínimos.

**Tabela 4 – Rendimento familiar, por classe de salários mínimos e número de trabalhadores das famílias, município de Piracicaba: 1989.**

Rendimento em salários mínimos	Número de membros da família			
	Total	Até 4	5	6
Até 3	48,6	34,3	5,7	8,5
3 a 5	31,4	22,9	2,9	5,7
5 a 10	17,1	8,6	2,9	5,7

<sup>2</sup> Os principais resultados da pesquisa que também usou como recurso a pesquisa de campo e contou com a participação das autoras, encontra-se publicado em MALUF, 1987.

10 ou mais	2,9	-	-	2,9
Total	100,0	65,8	11,5	22,8

Fonte: Pesquisa de campo 1988/1990. In PERES, 1991, p. 110.

Outro aspecto considerado foi a procedência geográfica desses trabalhadores, pois a migração de outros estados explica, em grande medida, a sua condição no mercado de trabalho. Para efeito de análise, foram considerados separadamente os trabalhadores naturais e não naturais de Piracicaba, assim como a situação desses trabalhadores anterior a migração dividida entre: assalariados, ex-produtores rurais e safristas.

**Tabela 5 – Chefes de Família não naturais de Piracicaba, segundo Estado de origem, Residência anterior, Período de Migração, Principais motivos e porque Piracicaba**

Origem/Período/Motivo porque Piracicaba	TOTAL	Assalariados	Ex-Produtores	Safristas
Origem	66,0%	41,5	11,3%	13,2%
Outros Municípios do Estado de São Paulo	6	6	-	-
Zona Rural	11,3%	11,3	-	-
Zona Urbana	9,4%	-	-	-
Outros Estados	1,9%	-	-	-
Zona Rural	54,7	30,2	11,3%	13,2%
Zona Urbana	43,4	20,8	11,3%	11,3%
Período Migração	11,3	9,4	-	1,9%
Até 69	66,0%	41,5	11,3	13,2
Década 70	13,2	13,2	-	-
Década 80	13,2	9,4	3,7	-
Década 90	26,4	18,9	7,6	-
Motivo Migração	13,2	-	-	13,2
Buscar melhor Rendimento	66,0%	41,5	11,3	13,2
Buscar assistência médica	34,0	20,8	-	13,2
Perda de Terra	5,6	3,7	1,9	-
Não gostava de Agricultura	7,6	-	7,6	-
Parque Piracicaba	3,8	1,9	1,9	-
Parentes na Cidade	66,0%	41,5	11,3	13,2
Ganhar Melhor Assistência Médica	34,1	26,4	7,7	-
Usina vai Buscar	5,6	3,7	1,9	-
Veio com a Família	1,9	-	1,9	-
	13,2	-	-	13,2
	11,3	11,3	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo. 1988/1990. In PERES, 1991, p. 107.

Dentre os cortadores de cana, 66% eram não naturais de Piracicaba e dentre esses aproximadamente 55% vieram de outros estados e 11,3% de outros municípios do estado de

São Paulo. Destaca-se a prevalência da origem rural desses trabalhadores na condição de assalariados rurais. Dentre os motivos da migração, a busca de um melhor rendimento abarca um percentual significativo em relação aos demais. A relação de parentesco também é uma condição importante para escolha do município ou região representando 34,1% dos entrevistados, sendo mais significativo entre aqueles já assalariados anteriormente. Aqueles que já se encontravam na condição de safristas nos seus locais de origem eram provenientes de outros estados e chegaram ao município exatamente em 1980. Acrescente-se ainda o elemento facilitador destacado pelos entrevistados que justifica a migração temporária: “ a usina vai buscar”.

Além dos migrantes, os outros 44% da amostra representaram trabalhadores nascidos e criados em Piracicaba, cujas condições foram semelhantes a dos migrantes: tornaram-se trabalhadores rurais temporário em virtude do próprio processo de expansão canavieira e eram provenientes das atividades urbanas não qualificadas, do setor de serviços e da construção civil, juntamente com os migrantes formavam o total da força de trabalho das atividades do corte de cana.

Vale ainda acrescentar que a equipe de pesquisadores teve a oportunidade de visitar alguns alojamentos das usinas e perceber que, em alguns casos, a precariedade das instalações e as reclamações quanto ao não cumprimento dos acordos de trabalho confirmavam o quadro descrito por vários estudos realizados à época. Os conflitos ficavam sempre restritos aos desentendimentos localizados sem repercussão na imprensa e muito menos pela via sindical, demonstrando o quanto essa categoria , carecia de organização. Mas nos anos finais da década de 1980 o nível de tensão aumenta fazendo eclodir na região de Piracicaba um movimento de greves de cortadores de cana, que comentamos a seguir.

### **A mobilização dos “mineiros” em Piracicaba**

No dia 02 de julho de 1989, inicia-se em Piracicaba a greve dos cortadores de cana de uma das maiores usinas da região, chamando a atenção de toda a cidade para o conhecimento dos problemas dessa categoria, decorrentes do próprio modelo do seu crescimento econômico. Antes dessa mobilização houve movimentos isolados em algumas propriedades sem grande repercussão. Esses movimentos sempre eram reprimidos, através da demissão das lideranças, com a punição dos grevistas como forma de intimidação para os demais. Foram 13 dias nos quais 1100 trabalhadores paralisaram suas atividades reivindicando aumento no pagamento do

metro de cana cortada, melhorias nos alojamentos, fornecimento de ferramentas pela usina em melhores condições para o trabalho, pagamento de hora transporte etc.

Os safristas ou “mineiros” como eram chamados, vinham do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais para trabalhar apenas no período da safra, foram os que desencadearam esse levante. O movimento iniciou-se no alojamento dos “mineiros” envolvendo 663 trabalhadores e mais aqueles residentes na cidade e na propriedade da usina. Devido às condições de risco que os migrantes do Vale já enfrentavam, foi confiada a eles a condição de líderes do movimento já que os demais temiam o desemprego e queriam preservar a moradia. Contaram com o apoio da CUT Regional de Campinas e do pároco responsável pela Paróquia de Ártemis, bairro afastado da área urbana da cidade, cuja praça se tornara ponto de encontro e avaliação do movimento. Os líderes abandonaram os alojamentos e ocuparam o salão cedido pela igreja.

Após o 5º dia de paralisação foram convocados para iniciar a negociação com a direção da usina. Foi um processo de negociação longo, mas obtiveram conquistas significativas: reajuste salarial de 37,31%, recebimento de 1 hora a mais de salário correspondente ao tempo gasto para ir e voltar do trabalho, redução para 40% do custeio do trabalhador com a alimentação fornecida pelo empregador, não demissão dos grevistas ou membros da comissão de negociação, inovações no “pirulito” (tabela de controle do corte de cana) que passou a conter o talhão, a metragem, o peso e o preço da cana (BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 1989).

Provavelmente influenciados pelos avanços que a greve proporcionou, os cortadores de cana de outra cidade da região (Santa Bárbara D'Oeste) adotaram o mesmo mecanismo de luta para conseguir melhorias nas condições de trabalho. Esse movimento também foi desencadeado pelos “mineiros” que, no caso dessa usina ficavam alojados em locais diferentes, aumentando os obstáculos para o êxito da greve. Adotaram a praça principal da cidade para ponto de encontro e realização das assembleias. Enfrentaram um processo mais longo de negociação. Após 15 dias de retorno das atividades reiniciaram a greve alegando que o acordo firmado entre as partes não estava sendo cumprido. A decisão de paralisar as atividades e contestar o acordo trouxe implicações para os trabalhadores. Num dos alojamentos a usina manteve durante a paralisação o fornecimento de comida, luz e água normalmente, mas no outro, depois de 4 dias de reinício da greve foi interrompido o abastecimento.

Nessa segunda etapa do movimento houve confronto entre a polícia, o turmeiro, e dois membros da comissão de negociação. Os trabalhadores “mineiros” reivindicaram que a usina rescindisse os contratos com todos e os levassem de volta, na medida em que o acordo anteriormente firmado não estava sendo cumprido. Depois de 15 dias de tensão chegaram a um novo acordo no qual a usina rescindiu os contratos e garantiu transporte de volta aos locais de origem desses trabalhadores. Interessante perceber que essas duas usinas pertenciam ao mesmo grupo usineiro e nem por isso os procedimentos foram semelhantes. As negociações realizadas com a diretoria da usina de Santa Bárbara foram mais prolongadas e, segundo afirmou um líder da greve, “o entendimento estava difícil, a usina fez jogo duro e tinha um bom jogo de cintura” (Paulo Abreu- Comissão de Negociação).

Cabe destacar, que nessas greves ocorridas na região, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representante legal dessa categoria não esteve presente. Comentava-se entre os sindicalizados que essa instituição era marcadamente assistencialista, contava com um número relativamente pequeno de sindicalizados e sua diretoria se posicionara em várias ocasiões, contrária às greves. Por outro lado, a participação dos “mineiros”, enquanto lideranças em busca de melhores salários e condições de trabalho foi notável, uma vez que era justamente a esse contingente de migrantes sazonais que os empregadores atribuíam o papel de contrabalançadores dos salários, “no sentido de evitar um crescimento maior dos salários rurais nos momentos de 'pico' da atividade agrícola numa dada região” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 142).

Para um dos mineiros que fez parte da comissão de negociação, as perspectivas para esses trabalhadores rurais na região de Piracicaba ainda não eram favoráveis. Apesar dos avanços que o movimento dos “mineiros” trouxe para a categoria, ainda estavam longe da “criação de raízes”. Acrescentando que temia possíveis saltos organizativos, uma vez que as usinas estavam se preparando melhor para responder as pressões dos trabalhadores. Após as greves, as usinas continuaram empregando os migrantes “mineiros”, mas com mais cautela na seleção. Além de excluir as lideranças, os demais trabalhadores foram muito bem orientados pelos turmeiros para não participarem de greves e evitar contato com estranhos. Ainda havia a alternativa de mecanização do corte de cana que estava sendo divulgada com intensidade para também reprimir os movimentos reivindicatórios. O que não impediu a eclosão de outros movimentos grevistas no ano de 1990 na região, atingindo parcialmente algumas usinas, mas explicitando o quanto os acordos de trabalho ainda estavam sendo descumpridos.

### **Considerações Finais:**

Através dos aspectos apontados buscou-se analisar, na década de 1980 os impactos da expansão agroindustrial da tradicional região canavieira do estado de São Paulo, privilegiando o emprego dos cortadores de cana e, dentre eles, a participação dos migrantes “mineiros”. Isto possibilitou a publicização das condições de trabalho a que estavam submetidos esses trabalhadores, assim como a sua inserção junto aos demais, inaugurando a liderança de movimentos grevistas na cidade de Piracicaba e na cidade vizinha de Santa Bárbara d’Oeste.

Dentro de todo ciclo produtivo da cana de açúcar, a colheita foi o período apropriado para realização da mobilização dos trabalhadores, uma vez que o “corte de cana para moagem é o momento privilegiado para exercerem seu poder de barganha, na medida em que esse é o momento que o capital realiza a produção no mercado” (SIGAUD, 1980: 20). No entanto, apesar de tal relevância para as usinas e fornecedores de cana, a intermediação dessa categoria, através de relações informais, apresentava fundamentalmente possibilidades vantajosas para os empregadores ao burlarem os acordos acertados, a legislação e o próprio estatuto dos direitos e cidadania dos trabalhadores.

Desta forma, a mobilização dos trabalhadores foi, sem dúvida, um dos fatores importantes para a revisão desta relação de trabalho, pois ao reivindicar a regulamentação e extensão da legislação trabalhista ao campo, os trabalhadores desestabilizaram as vantagens que o trabalho temporário para o corte de cana apresentava. A partir de então foi possível perceber o quanto a tendência à mecanização, que já estava em curso, fosse colocada também nessa conjuntura como uma ameaça a esses trabalhadores, no sentido de mostrar a força dos empregadores e conter movimentos de paralisação. A qualquer momento poderiam perder seus empregos em função das exigências em curso. A conjuntura histórica posterior revela que essas condições de trabalho precárias no momento do corte da cana, ainda estão presentes e que a oferta de empregos para migrantes do outros estados aumentou significativamente a partir dos anos de 1990, acirrando os conflitos e denúncias a partir de 2000, quando mais um ciclo de expansão da cultura canavieira se acentua e, mesmo tendo em vista o uso crescente de colheitadeiras nos canaviais paulistas.

### **Referencias Bibliográficas**

ANDRADE, M. C. **Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: ed. Unesp, 1994.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DOS TRABALHADORES RURAIS, Ano I, nº 2, agosto de 1989.

CAMPOS, J. R. **Guia Rural**, 1988.

GIANNOTTI, M; SPAVOREK, Gerd. **Atlas Rural de Piracicaba**. Piracicaba: ed. Alberto G. de Oliveira Barreto, Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

GRAZIANO SILVA, J. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: ed. Hucitec, 1981.

MALUF, R. S. J. (coord). **Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho em Piracicaba**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1984.

\_\_\_\_\_, R. S. J. (coord.). **Evolução Recente das Condições do Emprego Urbano e Rural na Região de Piracicaba**. Piracicaba: Ed. Unimep. 1987.

PETRONE, M. T. S. **A Lavoura Canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765–1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RAMOS, P. **Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo**. São Paulo: EAESP- FGV, 1983 (Dissertação de Mestrado).

SAMPAIO, S. S. **Geografia Industrial de Piracicaba**. São Paulo: IGEOG-USP, 1976. Série Teses e Monografias nº21

SIGAUD, L. **Greve nos Engenhos**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1980.

SILVA, M. A.M. **A Luta pela Terra: experiência e memória**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

VEIGA FILHO, A. **Mecanização da Colheita da Cana- de Açúcar no Estado de São Paulo: Uma Fronteira de Modernização Tecnológica da Lavoura**. Campinas: IE- Unicamp, 1988. (Dissertação de Mestrado)

ZOCOLLER, M. M.; BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J. **Proálcool e Agricultura Regional: efeitos gerais e sobre a mão de obra**. Jaboticabal: Unesp, 1985. (mimeo).